

O Novo Brasil

Relatório da GAZETA MERCANTIL

Sábado, 19, segunda-feira, 21, e terça-feira, 22 de abril de 1986

Economia - Brasil

Prioridades para o crescimento

por Cláudia Safatle de Brasília

Varrida a inflação do dia-a-dia do País, o governo prepara-se para um novo e complexo desafio: alongar o perfil do endividamento externo e interno, criando as condições essenciais para o financiamento de investimentos de longa maturação, tanto no setor privado quanto no estatal.

Não há um programa pronto nessa área, mas o ministro do Planejamento, João Sayad, avançou um pouco nas idéias com as quais o governo está trabalhando para refinanciar a dívida externa brasileira e frear as transferências de recursos para o exterior, que consomem 4% do PIB, num momento em que a formação da poupança nacional equivale a 16 ou 17% do PIB.

"Além de um braço de ferro com os banqueiros internacionais, nós precisamos de muita criatividade na questão da dívida externa, armando novas fontes de financiamento e novos países credores, seja o Japão, a Índia ou outro país." O certo, para Sayad, é que não se podem aguardar novos financiamentos do sistema bancário privado internacional, "que está atolado e é miope". A tendência seria buscar mais recursos nos organismos multilaterais de crédito (como o Banco Mundial) e fontes alternativas, como os fundos de pensão estrangeiros, por exemplo.

Internamente, essa mesma questão se coloca: construir formas de financiamento para as prioridades de investimentos a taxas de juro viáveis, através de uma profunda reforma bancária, que estabeleça instrumentos de captação de recursos de longo prazo, seja através do mercado de ações, seja através de títulos públicos ou privados. "O mercado de ações, no País, passará a ter um novo tamanho. Se ele se equiparar a um terço das aplicações em 'overnight', será um pulo monstruoso", declarou o secretário do Tesouro, Andrea Calabi, que prevê menor presença do setor público no mercado financeiro.

MODERNIZAÇÃO

A pergunta que se coloca, hoje, é "quem vai comandar o novo processo de acumulação?", e a ela o ministro do Planejamento busca responder com uma negativa: "Não haverá um carro-chefe", mas sim um conjunto de investimentos ligados ao avanço tecnológico, um pouco de substituição de importações e a expansão de exportações de manufaturas, sem a generosa oferta de subsídios oficiais que marcou a expansão em anos anteriores.

"A cara do Brasil daqui para frente será de um surto de modernização industrial e agrícola", complementa Calabi, sustentando que ao governo caberá prosseguir no atendimento de infra-estrutura e produção de insumos, além dos investimentos sociais, que vão, na opinião de Calabi, promover uma agregação macroeconômica importante (seja para a construção civil, por exemplo, ou para a indústria automobilística, na área de transportes públicos).

No plano agrícola, segundo o ministro do Planejamento, o governo estuda uma política de curto e longo prazo. De imediato, um grupo de trabalho composto por técnicos dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Agricultura e dos Transportes procura uma taxa favorecida para a agricultura, mas que estimule os bancos a emprestar dinheiro para o campo. Estuda ainda "uma política de preços mínimos decente, para que a agricultura, principalmente de alimentos para o mercado interno, seja um bom negócio", e formas de intervenção do governo, para que as regras sejam fixadas de antemão, através de "preços-tendência" e de maior automatismo no comércio exterior.

FINANCIAMENTOS

Neste ano, o Banco Mundial financiará a agricultura com US\$ 900 milhões, dos quais cerca de US\$ 500 milhões serão aplicados em investimentos (pastagens, recuperação de solo e equipamentos, entre outros). Outra fonte de financiamento que fica mais expressiva com o Plano Cruzado é a das exigibilidades de aplicações dos bancos comerciais, na medida em que os depósitos a vista estão crescendo substancialmente.

Para o Nordeste, a prioridade é a irrigação de 1 milhão de hectares até o ano de 1990, dos quais 600 mil serão tocados por empresas privadas e os 400 mil hectares restantes, pela Codevasf. Neste ano, o ministro extraordinário da Irrigação, Vicente Fialho, espera concluir a irrigação de 93 mil hectares. A tarefa de mais longo prazo, segundo Sayad, é construir estradas e armazéns para integrar a zona produtiva de grãos do Centro-Oeste às áreas de consumo e ao mercado internacional.

Sem inflação e sem correção monetária, o governo acha que "está aberta uma ampla avenida para novos investimentos de curta e longa maturação", mesmo com as taxas de juros atuais, que, embora ainda altas, já viabilizam tais investimentos, acredita o ministro do Planejamento. Sayad defende uma tese: os juros reais não eram apenas os cobrados acima da correção monetária. A própria correção monetária trazia um custo adicional embutido superior ao que o setor produtivo poderia pagar. Com o fim da correção, portanto, os juros não cairam apenas para 15% ao ano. Cairam uma fração a mais, sustenta o ministro.

NOVAS REFORMAS

Baixada um pouco a poeira da reforma monetária, o governo começa a olhar para dentro e a reavaliar o que o programa de estabilização causou às finanças públicas. Ainda não se tem noção do impacto do Plano Cruzado sobre receitas e despesas do Tesouro Nacional e os reais efeitos do congelamento das tarifas do setor público.

A primeira vista, porém, a intenção é reduzir a dívida interna em termos reais neste ano. Uma trajetória que parece permitida pelo Plano Cruzado, ao monetizar a economia (transformar aplicações de curtíssimo prazo em depósitos a vista). Es-



ta queda, porém, deverá ser episódica e a projeção da área econômica do governo é manter um crescimento de 6%, equivalente ao PIB, para a dívida interna mobiliária, nos próximos anos.

O processo de reorganização do setor público pode passar também pela criação de uma "holding" financeira estatal, que administraria ativos e passivos das principais "holdings", como Siderbrás, Eletrobrás, Petrobrás, Telebrás e Vale do Rio Doce. Esta idéia, bastante discutida pelos autores do Plano Cruzado, ainda não está madura, mas pode ser o caminho para a criação de uma estrutura de financiamento do setor público, mudando substancialmente a natureza e a capacidade de rolagem da dívida interna global.

Paralelamente, mudanças institucionais também são preparadas, através da reforma administrativa do setor público, que pretende enxugar a máquina, hoje calculada em algo próximo a 31 mil unidades administrativas.